Processo n.º 298/2004

Data: 13/Janeiro/2005

Assuntos:

- Alçada em matéria do contencioso e aduaneiro dos Tribunais de Primeira Instância
- Valor da causa
- Utilidade económica imediata do pedido

SUMÁRIO:

O valor da causa corresponde à utilidade económica imediata do pedido e, estando em causa um valor perfeitamente determinado, qual seja o do imposto a pagar, em face da fixação de rendimentos a que a respectiva Comissão de Revisão do ICR chegou, é por esse valor que se aferirá se a causa está ou não dentro da alçada do Tribunal Administrativo para efeitos de recurso.

O Relator,
João A. G. Gil de Oliveira

Processo n.º 298/2004

Recorrente: Comissão de Revisão do Imposto
Complementar de Rendimentos

Recorrido: (A)

**ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

A Comissão de Revisão do Imposto Complementar de Rendimentos veio recorrer da douta sentença proferida no Tribunal Administrativo que anulou o acto pelo qual foi negado provimento à reclamação apresentada pelo então recorrente, ora recorrido, (A), contra a fixação da matéria colectável feita pelos Serviços de Finanças para o exercício de 2000, determinando ainda o agravamento à colecta de 0,5%.

Na verdade, em 8 de Junho de 2004, o Mmo Juiz do T.A. dirimiu o litígio contencioso entre a recorrente e o recorrido, julgando que a deliberação da Comissão de Revisão "A" do Imposto Complementar de Rendimentos, n.º 204/DAIJ/CRA/2002, datada de 21 de Junho de 2002, enferma do vício de violação de Lei, por erro nos respectivos pressupostos de facto e de direito, violando o disposto nos artigos 2.º e 3.º

n.ºs 1 e 2 do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos ao fixar um único imposto a pagar pelo ora recorrido, juntando num único processo dois contribuintes fiscais distintos, ou seja, imputando ao recorrido os rendimentos de ambos, de trabalho subordinado e de actividade industrial/comercial.

Não se conformando com esta decisão, a recorrente interpôs oportunamente o presente recurso.

Antes de mais e considerando que a admissão preliminar do mesmo não é de modo algum vinculativa, constata-se agora que o presente recurso não pode proceder, dada a irrecorribilidade da dita sentença recorrida.

Nos termos do artigo 149º do CPAC, o recurso ordinário das decisões do Tribunal Administrativo é regulado pelos 150º a 160º do CPAC e as disposições que regulam o recurso para o TSI em processo civil.

O n.º 1 do artigo 583º do CPC preceitua que o recurso ordinário só é admissível nas causas de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre.

O n.º 3 do artigo 18º da Lei n.º 9/1999 vem fixar, em matéria de contencioso fiscal e aduaneiro, a alçada dos Tribunais de Primeira Instância em MOP\$15,000.00 patacas.

Embora havendo a ideia, no direito administrativo tradicional que só existiria alçada nos contencioso administrativo respeitante às acções, considerando até que o próprio acto administrativo, pela sua

própria natureza não seria tradutível num qualquer valor venal, o certo é que não se deixa de registar uma evolução nessa concepção, de que o artigo 18º acima referido é bem demonstrativo ao enunciar no seu n.º3 que “Em matéria de contencioso fiscal e aduaneiro, quando o valor da causa seja susceptível de determinação, a alçada dos Tribunais de Primeira Instância é de 15000 patacas e a do Tribunal de Segunda Instância é de 1000000 de patacas.”

O valor da causa corresponde à utilidade económica imediata do pedido conforme o disposto no n.º 1 do artigo 247º do CPC e no caso presente é bem patente que o que está em causa é um valor perfeitamente determinado, qual seja o do imposto a pagar, em face da fixação de rendimentos a que a respectiva Comissão chegou.

A utilidade económica imediata do presente recurso deve corresponder ao valor de imposto e não ao valor dos rendimentos colectáveis que constituí uma utilidade económica mediata por não representar um benefício ou prejuízo pecuniário directo do recorrido.

Interposto o recurso em causa para a fixação dos rendimentos colectáveis (no ano de 2000) do recorrido no valor de MOP\$ 111,100.00, daí resulta que o valor de imposto complementar a cobrar ao recorrido seria de MOP\$4,659.00, calculado de acordo com as regras de liquidação do RICR. (cfr. fls. 7 e 8 do P. I.).

É evidente que a quantia de imposto de MOP\$4,659.00 a cobrar é que deve determinar o valor de causa do presente recurso, sendo, assim, inferior à alçada do Tribunal Administrativo.

Nesta conformidade, não se deve tomar conhecimento do recurso em causa, uma vez que não se verificam as condições de admissibilidade de recurso da sentença recorrida para o TSI.

Pelas apontadas razões, acordam em não conhecer do presente recurso.

Sem custas, por delas estar isenta a entidade recorrente.

Macau, 13 de Janeiro de 2005

João A. G. Gil de Oliveira (Relator) – Choi Mou Pan – Lai Kin Hong

Magistrado do M^o. P^o. presente - Victor Manuel Carvalho Coelho